

DEPENDENCY IN THE TWENTY-FIRST CENTURY? THE POLITICAL ECONOMY OF CHINA-LATIN AMERICA RELATIONS.

STALLINGS, Barbara. Cambridge: Cambridge University Press, 2020, 95p.

Recebido em 24/07/2025

Aprovado em 30/09/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2026.1308

Esta resenha trata do livro *Dependency in the Twenty-First Century? The Political Economy of China-Latin America Relations*, publicado em 2020 por Barbara Stallings. Apesar dos cinco anos desde seu lançamento, a obra permanece relevante diante do atual cenário político global, especialmente das relações entre Estados Unidos, China e suas respectivas zonas de influência. O foco recai sobre a crescente presença chinesa na América Latina, tradicionalmente sob influência dos EUA. Stallings possui ampla formação: é bacharel em Ciência Política (Mount Holyoke College), mestre em Estudos Latino-Americanos (Stanford) e doutora em Economia (Cambridge) e Ciência Política (Stanford), lecionando atualmente na Brown University, EUA. O livro é composto por sete seções, incluindo-se a introdução e a conclusão (esta última tendo por título “On Dependency”), cujo objetivo principal é avaliar a utilidade de uma versão reformulada da teoria da dependência para analisar as relações entre China e América Latina.

Logo no início, a autora destaca o retorno da teoria da dependência em estudos recentes, ainda que dividida entre críticas e defensores. Stallings apresenta a estrutura do livro e sua abordagem metodológica, baseada em análise qualitativa. A metodologia é clara e replicável, sendo aplicada para sustentar sua tese central: que a dependência continua útil como lente analítica para entender as novas configurações do sistema internacional, sobretudo na interação entre China e América Latina.

A segunda seção aborda a construção, difusão e declínio da teoria da dependência entre os anos 1960 e 1990, tanto na academia quanto no debate

IGOR SEREJO VALE ARCOS

Doutorando do curso de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (PPGCPRI/UFPB).

Email: igorserejo.va@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3300-8258>

político. Suas origens combinam tradições marxistas e estruturalistas, que buscavam explicar por que países em desenvolvimento não convergiriam com os desenvolvidos no século XX. A vertente marxista enfatizava forças externas e o papel da burguesia local como entraves ao desenvolvimento, minimizando a agência de atores nacionais. Já a abordagem mais difundida, elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, é vinculada ao estruturalismo e incorpora elementos históricos para explicar como o sistema capitalista internacional condiciona o desenvolvimento, sem ignorar o papel de atores domésticos. Nos anos 1970, Immanuel Wallerstein expandiu a teoria com seu sistema-mundo, introduzindo os conceitos de centro, periferia e semiperiferia, este último próximo ao desenvolvimento dependente de Cardoso e Faletto. A teoria da dependência teve ampla aceitação e foi aplicada a contextos africanos, asiáticos e até do Leste Europeu, onde surgiu a ideia de “dependência socialista”. Contudo, mostrou limitações explicativas no Leste Asiático, onde o papel das instituições e da política interna foi crucial. Na década de 1990, a teoria perdeu força diante de críticas como a falta de especificidade conceitual, a ausência de critérios metodológicos claros para identificar dependência e a ênfase excessiva nas relações internacionais em detrimento das dinâmicas políticas internas. Após apresentar as críticas, a autora propõe três mecanismos da dependência. O primeiro são os Mercados (*Markets*), que representam o contexto econômico em que atuam os países em desenvolvimento, com destaque para exportações e finanças. O segundo é a Alavancagem (*Leverage*), quando atores políticos ou econômicos influenciam o comportamento de outros. O terceiro é a Conexão (*Linkage*), formada por relações nas quais países dependentes alinham seus interesses aos de potências. Esses mecanismos, que operam de forma sobreposta e simultânea, fundamentam a análise qualitativa dos casos examinados pela autora ao longo da obra.

A terceira seção analisa a relação entre EUA e América Latina no pós-Segunda Guerra. Embora a região não fosse prioridade para os EUA, já havia uma histórica dependência, desde a Doutrina Monroe até a diplomacia do dólar. Diante da necessidade de desenvolvimento, os países latino-americanos

adotaram a Industrialização por Substituição de Importações (ISI), influenciada pela Cepal. O modelo impulsionou o crescimento industrial, especialmente no Brasil e no México, mas também trouxe ineficiências, baixa competitividade e aumento da desigualdade. A autora explica que nos anos 1970 o nacionalismo e o choque do petróleo levaram ao endividamento externo crescente. A crise da dívida de 1982 revelou a fragilidade da região e iniciou a “década perdida”, marcada por recessão e políticas de austeridade. Com isso, a ISI foi substituída pelo Consenso de Washington, baseado na liberalização, estabilização macroeconômica e privatizações. Apesar de algum crescimento, o período foi instável e agravou a desigualdade social. Nesse contexto, a teoria da dependência ganhou força ao explicar como os mercados financeiros, os credores internacionais e as conexões entre elites locais e atores externos condicionaram as decisões econômicas e políticas na América Latina. A autora apresenta a dependência, envolvendo os EUA e a América Latina, em dois períodos distintos, o primeiro de meados do século XX até os anos de 1980, cuja base é a ISI, e o segundo sendo o novo modelo do Consenso de Washington, conforme a tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Dependência envolvendo os Estados Unidos e a América Latina

Mecanismos da Dependência	ISI (1950-80)	Novo Modelo (1980-2000)
Mercados	Médio	Alto
Alavancagem	Médio (político)	Alto (econômico)
Conexões	Baixo	Médio

Fonte: Adaptado de Stallings (2020)

Na quarta seção, a autora discute a ideia de uma “dependência com características chinesas”. Partindo da premissa de que o sistema mundial persiste enquanto os atores mudam, ela analisa a transição de hegemonia: da Grã-Bretanha para os EUA no pós-guerra e, atualmente, dos EUA para a China, emergente como potência regional e possível hegemom global. A

China, segundo a autora, diferencia-se dos modelos britânico e americano ao exercer sua influência por meio de mecanismos de alavancagem e conexões regionais, especialmente no Sudeste Asiático e na África Subsaariana (ver Tabela 2). Após o “século de humilhação”, as reformas econômicas promovidas por Deng Xiaoping em 1978 levaram à criação de uma economia de mercado socialista e a um crescimento acelerado. A entrada do país na OMC em 2001 ampliou o acesso da China aos mercados globais. Nas relações com países africanos e asiáticos, a autora identifica padrões semelhantes aos da dependência colonial, com foco na extração de matérias-primas, ainda que sob o discurso da Cooperação Sul-Sul. Assim, ela sugere que, mesmo com uma retórica alternativa, o modelo chinês reproduz dinâmicas assimétricas tradicionais, indicando uma nova forma de dependência sob a ascensão chinesa.

Tabela 2 - Dependência envolvendo China, o Sudeste Asiático e a África Subsaariana, 1980–2018

Mecanismos da Dependência	Sudeste Asiático	África Subsaariana
Mercados	Baixo	Baixo
Alavancagem	Alto (político)	Médio (econômico)
Conexões	Baixo	Baixo

Fonte: Adaptado de Stallings (2020)

A quinta seção analisa o histórico das relações entre China e América Latina, com foco no período pós-2000. Até então, o comércio era limitado, mas em duas décadas a China tornou-se o principal parceiro comercial de vários países sul-americanos. Esse crescimento acelerado levanta questões sobre os custos e benefícios dessa relação e sobre a utilidade da teoria da dependência para compreendê-la. Durante o “boom chinês” (2003–2013), o comércio bilateral saltou de US\$ 12 bilhões para US\$ 268 bilhões, concentrando-se em Brasil, Chile, Venezuela e Peru (80% das exportações). Isso impulsionou o crescimento econômico e reduziu pobreza e desigualdade na região. No

entanto, a dependência de exportações de matérias-primas expôs vulnerabilidades, especialmente após a desaceleração da economia chinesa entre 2014 e 2018. O PIB regional cresceu apenas 0,8%, com aumento do desemprego e vinte milhões de pessoas retornando à pobreza. Além da instabilidade econômica, há preocupações estruturais e ambientais. A indústria latino-americana sofre com a concorrência de produtos chineses baratos, provocando medidas antidumping, como no Brasil. Investimentos chineses em infraestrutura, como portos, levantam temores de uso dual (civil e militar). Exemplos como o lítio chileno mostram foco chinês na extração primária, sem incentivo à agregação de valor local. Embora o discurso seja de cooperação Sul-Sul, a China pouco contribui para diversificação produtiva ou investimentos recíprocos, atribuindo às nações latino-americanas a responsabilidade por superar os desafios da relação.

A sexta seção analisa o modelo de atuação da China na América Latina, destacando quatro estratégias principais que estruturam sua presença na região desde os anos 2000. A primeira é a diplomacia multilateral, expressa na criação de instituições como o Fórum China-Celac, na emissão de *white papers* sobre América Latina e Caribe e na participação chinesa em organizações regionais como a OEA (como observadora) e o BID (como membro), visando legitimar sua presença e moldar uma ordem internacional favorável. A segunda estratégia é a diplomacia bilateral, centrada em visitas presidenciais regulares, acordos de cooperação, aumento do investimento direto estrangeiro e oferta de empréstimos. Após o fim do *boom* chinês, essa via ganhou força como forma de mitigar os efeitos negativos do novo cenário econômico e ampliar a atuação chinesa para além do comércio de matérias-primas. A terceira é a diplomacia pessoa a pessoa, que reforça laços culturais e educacionais por meio de bolsas de estudo, intercâmbios acadêmicos, Institutos Confúcio e promoção da Cooperação Sul-Sul. A China busca, assim, formar aliados e moldar percepções favoráveis entre elites e sociedades locais. A quarta estratégia envolve relações de segurança e defesa, com venda de equipamentos militares, intercâmbios com forças armadas, participação em missões da ONU e projetos sensíveis, como a estação espacial na

Argentina. Essa área, embora menos visível, tem crescido, especialmente com países críticos aos EUA.

Na última seção, a autora retoma o entendimento de que o conceito de dependência é essencial para entender o desenvolvimento da América Latina, especialmente em suas relações com os EUA e, mais recentemente, com a China. A análise deve considerar a inserção sistêmica dos países, os mecanismos de influência das potências hegemônicas e a interação entre fatores internos e externos, como propõe Fernando Henrique Cardoso. A ascensão da China reconfigura as relações centro-periferia, oferecendo oportunidades, mas também impondo limites, sobretudo pela ênfase na exportação de matérias-primas e pouca atenção a direitos trabalhistas e ambientais. Na América Latina, a influência chinesa varia: países com instituições frágeis (América Latina-1¹) enfrentam maior alavancagem, enquanto aqueles com maior estabilidade (América Latina-2²) são mais afetados pelos mercados (Tabela 3):

Tabela 3 - Dependência envolvendo a China e a América Latina, 2003-18

Mecanismos da Dependência	América Latina-1	América Latina-2	
	2003 – 2018	2003-2013	2014-2018
Mercados	Baixo	Médio	Médio
Alavancagem	Médio (econômico)	Baixo	Baixo
Conexões	Baixo	Baixo	Médio

Fonte: Adaptado de Stallings (2020)

O impacto é ambíguo: embora tenha estimulado o crescimento, a relação com a China contribuiu para a desindustrialização e a volatilidade econômica. A principal lição é que os países latino-americanos devem fortalecer instituições e diversificar parcerias para assegurar um desenvolvimento mais inclusivo e soberano.

¹ Países que aceitam as regras chinesas.

² Países que seguem padrões internacionais de governança transparente.